



# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Projeto de Lei 008/ 2023

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2024 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei Orgânica Municipal as diretrizes orçamentárias do Município para 2024, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VI – as disposições gerais.

### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

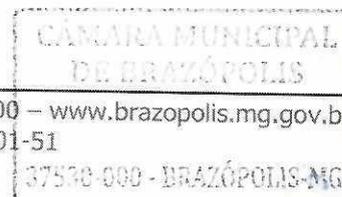
Art. 2º - Constituem prioridades e metas da administração pública municipal a serem priorizadas na proposta orçamentária para 2024, em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição da República, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária para 2024, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, as metas fiscais determinadas nos anexos que compõem essa lei.

### CAPÍTULO II

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II – Atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



Rua Dona Ana Chaves, 218 – Centro – Brazópolis/MG – CEP 37.530-000 – [www.brazopolis.mg.gov.br](http://www.brazopolis.mg.gov.br)  
Tel: (35) 3641-1373 – CNPJ: 18.025.890/0001-51



# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- I – mensagem;
- I – texto da lei;
- II – quadros orçamentários consolidados;
- III – anexos do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV – discriminação da legislação da receita.

§ 1º - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

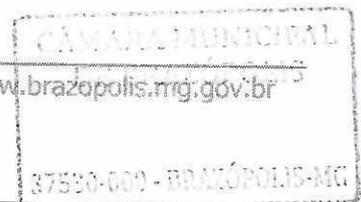
- I – evolução da receita segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição da República;
- II – evolução da despesa segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;
- III – resumo das receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
- IV – resumo das despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
- V – receita e despesa, do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964;
- VI – receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320/1964;
- VII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;
- VIII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;
- IX – programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição da República, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;
- X – programação referente às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

Art. 8º - O Poder Legislativo do Município e o Regime Próprio de Previdência encaminharão ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2023, suas respectivas propostas orçamentárias, através de ofício, para fins de consolidação no projeto de lei orçamentária do Município.

Art. 9º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES





# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 10 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2024 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único - Serão divulgados na Internet, ao menos:

I – pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:

- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;

Art. 11 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2024 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário.

Art. 12 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2022/2025, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13 - O Poder Legislativo terá como limite das despesas correntes e de capital em 2024, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

Art. 14 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

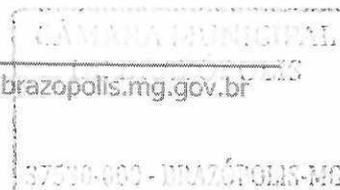
Art. 15 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

Art. 16 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101 de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do *caput* do art. 36 desta Lei.

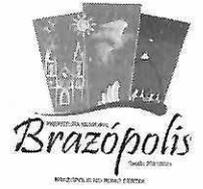
Art. 17 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:





# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



I – celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II – sindicatos, clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

III – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmado com órgãos ou entidades de direito público ou privado;

Art. 18 - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito correspondente ao montante da despesa de capital.

Art. 19 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II – sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

IV – sejam declaradas de utilidade pública pelo Município.

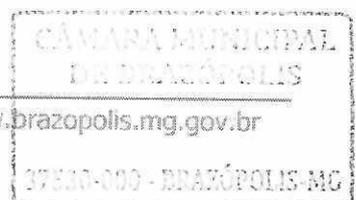
§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 20 - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios e/ou contribuições" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas em um dos seguintes Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social;

III – Associações microrregionais;





# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



IV - Consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública, e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

V – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Parágrafo único - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, revendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente, exceto no caso do inciso III do *caput* deste artigo; e,

III – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 21 - A execução das ações de que tratam os arts. 19 e 20 fica condicionada à autorização específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 22 - A proposta orçamentária deverá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, cinco por cento da receita corrente líquida.

Art. 23 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

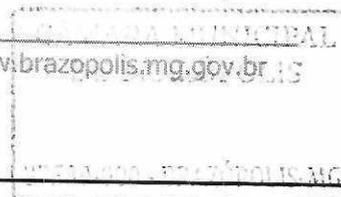
§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados, na lei orçamentária, serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 4º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Poder Legislativo por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 5º - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por





# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

§ 6º - A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado ao novo órgão.

§ 7º - A lei orçamentária será detalhada até a modalidade de aplicação e a criação de elemento de despesa, desde que não haja novos programas e/ou ações, será realizada por meio de ato administrativo.

§ 8º - O remanejamento de fontes não impactará o limite percentual de suplementação autorizado na Lei Orçamentária Anual.

### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24 - O Poder Executivo fará publicar até 31 de agosto de 2023, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 25 - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de 2023, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais.

Parágrafo único. Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no *caput* constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

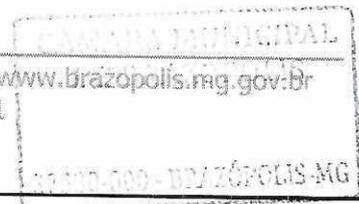
Art. 26 - Para efeito de cálculo dos limites de despesa total com pessoal, por Poder e órgão, previstos na Lei Complementar 101/2000, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme previsto no § 2º do art. 59 da citada Lei Complementar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre ou semestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida.

Art. 27. No exercício de 2024, observado o disposto no art. 169 da Constituição da República, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – existirem cargos vagos a preencher;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III – for observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000.





# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 28 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição da República, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, constantes de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 29 - No exercício de 2024, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite referido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, exceto nos casos previstos na lei orgânica do município, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência da Secretaria de Administração.

Art. 30 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam assessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

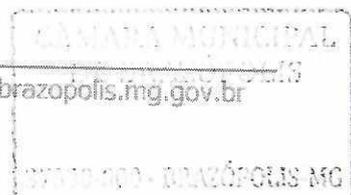
Art 31 - No mês de janeiro, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais deverá ser empenhada por estimativa para todo o exercício, observado o limite da dotação constante da Lei Orçamentária.

§ 1º Na estimativa de que trata o “*caput*”, é vedada a inclusão de qualquer despesa que não seja com a folha normal.

§ 2º Para efeito deste artigo, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo terceiro salário, férias, abono de férias e outras vantagens pecuniárias, previstas na Lei Orçamentária.

§ 3º - O pagamento de despesas não previstos na folha normal somente poderá ser efetuado em folha complementar, condicionado à existência de prévia e suficiente dotação orçamentária.

Art 32 - As dotações remanescentes da aplicação do disposto no artigo anterior, identificado pela Secretaria da Fazenda, poderão ser remanejadas, inclusive para outros órgãos, observados os limites autorizados na Lei Orçamentária.





# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Parágrafo único - As dotações mencionadas no "caput" somente poderão ser redistribuídas para outro órgão mediante autorização do Prefeito Municipal.

Art 33 - Os órgãos setoriais de orçamento ou equivalentes indicarão à Secretaria da Fazenda as dotações que deverão ser canceladas, bem como os limites a serem reduzidos, para abertura de créditos adicionais, destinados ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, sempre que for identificada insuficiência de recursos nestas dotações.

### CAPÍTULO V DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

Art 34 - Poderão ser inscritas em "Restos a Pagar" as despesas efetivamente realizadas bem como as não processadas que venham a ser realizadas no exercício seguinte.

§ 1º - Considera-se efetivamente realizada a despesa em que o bem tenha sido entregue ou o serviço tenha sido executado.

§ 2º - Os saldos de dotações referentes às despesas não processadas que não terão sua efetiva realização no exercício seguinte deverão ser anulados.

§ 3º - Havendo interesse da Administração, as despesas mencionadas no parágrafo anterior poderão ser empenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício seguinte, observada a mesma classificação orçamentária.

§ 4º - Os órgãos de contabilidade analítica anularão os saldos de empenhos que não se enquadrem no disposto neste artigo, quando as anulações não houverem sido efetivadas pelo ordenador de despesas.

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 36 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;



# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 38 - Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e do previsto no art. 11 desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º - Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput*, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

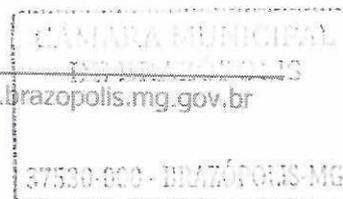
Art. 39 - Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 40 - Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 41 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 42 - Para efeito da Lei Complementar nº 101/2000, no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 43 - Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2024, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.





# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



§ 1º - Os atos de que trata o *caput* conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

§ 2º - No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterá:

I – metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;

§ 3º - Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 44 - Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo a data de 30 de dezembro.

Art. 45 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 1º - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades, e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as fontes de recursos discriminadas na Lei Orçamentária Anual para execução de determinado elemento de despesa, não configurando a abertura de crédito adicional, nos termos da Consulta nº 958.027, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

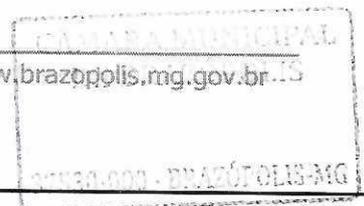
Art. 46 - Se o projeto de lei orçamentária não for devolvido com autógrafos pelo Presidente da Câmara até 31 de dezembro de 2023, para sanção do Prefeito Municipal, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de um doze avos de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

Art. 47 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 48 - A abertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal.

Art. 49 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 50 - Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens





# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



e serviços, o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Art. 51 - As transferências de recursos do Município, consignados na Lei Orçamentária Anual, à União, Estados e a outros Municípios a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas mediante convênio, acordo ou instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

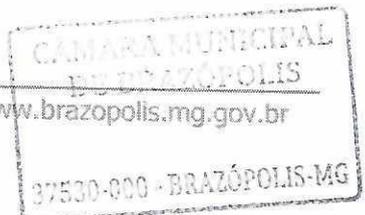
Art. 52 - Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, com prévia específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição da República.

Art. 53 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brazópolis, 13 de abril de 2023.



**Carlos Alberto Morais**  
Prefeito Municipal





# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### ANEXO I - METAS FISCAIS

|   |  |
|---|--|
| <b>POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INFRAESTRUTURA</b> | a) Adquirir/desapropriar terrenos e construir, locar ou adquirir galpões para a instalação de empresas.  |
|   | b) Criar Distrito Industrial.  |
|   | c) Prover a infraestrutura municipal através de pavimentação, calçamento, ampliação e recuperação de vias públicas e estradas vicinais, com ênfase na organização, segurança e acessibilidade.   |
|   | d) Ampliar a rede de iluminação pública.   |
|   | e) Reestruturar a Praça Sagrados Corações para a realização de eventos.  |
|   | f) Revitalizar as áreas verdes e jardins públicos, principalmente os de acesso ao Município.   |
|   | g) Dar continuidade à regularização fundiária urbana   |
|   | h) Elaborar o Plano Diretor Municipal  |
| <b>POLÍTICAS EDUCACIONAIS</b>                     | a) Incentivar a educação para todos.   |
|   | b) Garantir transporte digno e eficiente aos alunos.   |
|   | c) Garantir alimentação de qualidade, dentro do programa de merenda escolar, aos alunos da rede municipal de ensino.   |
|   | d) Promover a valorização e aperfeiçoamento dos profissionais de educação.   |
|   | e) Melhorar o desempenho escolar por meio da definição e implantação de padrões básicos relacionados à gestão escolar, à rede física, à informatização e aos recursos didático-pedagógicos, para o aprendizado e a eficiência operacional. |
|   | f) Ampliar o atendimento à educação infantil, por meio da construção de creche municipal.  |
|   | g) Adequar a rede física e fornecer suporte aos profissionais e alunos para reverter e/ou minimizar os danos causados pela pandemia de Covid-19.   |
| <b>POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER</b>               | a) Incentivar os campeonatos e as práticas esportivas no município   |
|   | b) Manter e expandir o programa de academias ao ar livre   |
|   | c) Prestigiar e apoiar os atletas que representam nosso município em atividades esportivas diversas.   |
|   | d) Construir ciclovias e novas pistas de caminhada.  |
|   | e) Ampliar, reformar e manter as instalações esportivas e de lazer.  |
| <b>POLÍTICAS DE SAÚDE</b>                         | a) Promover a qualificação de recursos humanos, de modo que se obtenha maior produtividade e melhoria nos serviços prestados à população.  |
|   | b) Manter o Pronto Atendimento Municipal e os consórcios públicos para atender situações de urgência e emergência.   |



# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



|  |  |
|--|--|
|  | <p>c) Manter o programa de Estratégia de Saúde da Família.</p> <p>d) Ampliar o atendimento de Saúde Bucal.</p> <p>e) Ampliar o atendimento de Saúde Mental no Município, com foco no tratamento e acompanhamento dos problemas decorrentes da pandemia de Covid-19.</p> <p>f) Manter e expandir o programa de imunização.</p> <p>g) Manter o programa de distribuição de medicamentos através da farmácia municipal.</p> <p>h) Prestar assistência aos pacientes que fazem tratamento fora do domicílio.</p>   |
| <b>POLÍTICA DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE</b>        | <p>a) Promover cursos e programas para o produtor rural, através de parcerias com a Emater e Instituições com atividades afins.</p> <p>b) Incentivar a agricultura familiar e orgânica, através de apoio à comercialização dos produtos.</p> <p>c) Investir na manutenção e ampliação da infraestrutura para o escoamento da produção agrícola e agropecuária.</p> <p>d) Recuperar as áreas degradadas, ampliar e manter programas de proteção de nascentes e matas ciliares.</p> <p>e) Manter e fortalecer o programa de controle de natalidade animal.</p> <p>f) Implementar a política de saneamento básico.</p> <p>g) Aperfeiçoar o programa de coleta seletiva de lixo.</p> <p>h) Revitalizar o Parque de Exposições Municipal, com regularização documental.</p> |
| <b>POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITACIONAL</b> | <p>a) Reduzir o déficit habitacional, com ênfase na promoção do acesso a moradias seguras, dignas e regularizadas para famílias de baixa renda ou moradores em habitações precárias.</p> <p>b) Manter e ampliar a política de proteção à crianças e adolescentes.</p> <p>c) Criar e apoiar os projetos direcionados à terceira idade.</p> <p>d) Apoiar entidades sociais e conselhos comunitários do município.</p> <p>e) Manter os programas de geração de renda e criar novas oportunidades às famílias carentes.</p> <p>f) Prestar assistência a indivíduos e famílias com problemas de dependência química e alcoolismo.</p>   |
| <b>POLÍTICA DE CULTURA E TURISMO</b>                     | <p>a) Apoiar e incentivar os artesãos, com promoção de feiras e eventos para divulgação de seus trabalhos.</p> <p>b) Apoiar entidades culturais e conselhos municipais.</p> <p>c) Promover e incentivar a realização de eventos culturais.</p> <p>d) Revitalizar espaços culturais e turísticos.</p> <p>e) Sinalizar as vias de acesso e os pontos turísticos do município.</p> <p>f) Realizar parceria com o Laboratório Nacional de Astrofísica para visita ao Observatório.</p> <p>g) Desenvolver mecanismos para fortalecer a sustentabilidade, promovendo o turismo como estratégia de desenvolvimento no município.</p>  |



# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### POLITICA DE PLANEJAMENTO E CRESCIMENTO URBANO

- a) Incentivar a criação de feiras de negócios em parceria com instituições e Conselhos Municipais, com base em um desenvolvimento duradouro, sustentável e inclusivo, destacando o empreendedorismo, em busca de melhoria das condições sócio econômicas dos indivíduos.
- b) Apoiar a Segurança Pública
- c) Incentivar a incubação e implantação de empresas para geração de empregos.
- d) Consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.
- e) Consolidação da política de recursos humanos voltados para a capacitação e desenvolvimento gerencial do servidor público.

**CARLOS ALBERTO MORAIS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### ANEXO II - RISCOS FISCAIS

(Art. 4º, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000)

A manutenção do equilíbrio fiscal é de fundamental importância para a devida alocação dos recursos públicos. A saúde financeira do município permite a operacionalização dos programas a serem desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Brazópolis por meio de políticas públicas, elaboradas para promover o bem-estar da população.

A gestão de riscos fiscais promove a sustentabilidade do equilíbrio das contas públicas, preparando a Administração Pública Municipal para executar ações em cenários adversos, sem onerar suas entregas à sociedade. Os riscos fiscais devem ser gerenciados para que decisões sejam mais assertivas até mesmo em situações desfavoráveis, possibilitando agilidade nas respostas do governo.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas gerais de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal responsável. Sobre os pilares de planejamento, transparência, controle e accountability, a Lei de Responsabilidade Fiscal inova em vários aspectos.

Entre as inovações estabelecidas, a referida norma determina em seu artigo 4º, §3º, que o Anexo de Riscos Fiscais, constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conterá os riscos capazes de afetar o equilíbrio fiscal de cada ente, além das providências a serem tomadas, caso se concretizem, constituindo uma ferramenta de gerenciamento de riscos.

Dada a própria natureza do Anexo, este se apresenta como um instrumento incentivador do equilíbrio das contas públicas, pois identifica eventos, avalia-os e indica planos gerenciais cabíveis.

#### RISCOS FISCAIS

A finalidade primordial da Prefeitura é promover o bem estar da população. Para isso, a Prefeitura Municipal de Brazópolis deve exercer de forma eficaz, eficiente e efetiva a atividade financeira que lhe compete, captando, gerindo e despendendo recursos.

Nesse sentido, os riscos fiscais podem ser entendidos como os riscos provenientes das obrigações financeiras do Município. Ou seja, os riscos fiscais são eventos futuros e incertos que, caso se materializem, impactarão negativamente o equilíbrio das contas públicas.

As obrigações diretas devem constar na Lei Orçamentária Anual por serem de ocorrência certa, não se classificando como riscos fiscais. Contudo, a possibilidade dessas obrigações sofrerem impactos negativos é entendida como um tipo de risco fiscal.

Eventos que podem acarretar desequilíbrio na relação receita-despesa da Prefeitura são denominados riscos orçamentários. Alguns exemplos de riscos orçamentários são elencados a seguir: frustração na arrecadação da receita; restituição de tributos realizada a maior do que a prevista; discrepância entre as projeções e os valores observados de nível de atividade econômica, taxa de inflação, taxa de câmbio, afetando a quantia arrecadada; discrepância entre as projeções e os valores observados da taxa de juros; e ocorrência de situação de calamidade pública que



# MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS



demandem do Município ações emergenciais, com o consequente aumento de despesas.

Materializado o risco orçamentário, as ações tomadas devem ir ao encontro do reequilíbrio fiscal, atendendo ao dispositivo constitucional que estabelece o princípio da exclusividade, ao determinar que o orçamento não deva conter dispositivo estranho à previsão de receita e fixação de despesas. Dessa forma, deve-se efetuar a reestimativa da receita e a reprogramação da despesa, de forma a ajustá-las ao equilíbrio almejado.

As obrigações financeiras contingentes, também denominadas passivos contingentes, são aquelas decorrentes de compromissos firmados pelo ente e que só gerarão compromisso de pagamento depois que determinado evento ocorrer. Também podem ser uma obrigação presente que surge devido a eventos passados, mas não é reconhecida, ou porque a probabilidade de pagamento pelo Município é baixa, ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com segurança.

Contudo, a estimativa dos passivos contingentes depende de fatores externos, tornando sua mensuração de difícil precisão.

### RISCOS IMPACTANTES NA RECEITA

Os riscos orçamentários dizem respeito aos desvios entre os parâmetros adotados nas projeções das variáveis utilizadas na estimativa da receita tributária municipal (variação das atividades econômicas (PIB), variação do nível de preços (IPCA) e alterações na legislação tributária) e os valores de fato observados ao longo do período compreendido pelas diretrizes orçamentárias.

A Administração Pública Municipal de Brazópolis tem como objetivo elevar a utilização dos recursos públicos pelos melhores meios, ao menor custo, garantindo o alcance dos resultados pretendidos, de maneira a produzir os maiores impactos positivos possíveis dentro de um dado processo.

Assim, cabe ressaltar que a estratégia é de ampliar a participação relativa das despesas com atividades finalísticas em detrimento das despesas com atividades-meio, além de reduzir o custo unitário do serviço público e ampliar o atendimento à população, sempre visando a melhoria da qualidade dos serviços ofertados para a população.



**CARLOS ALBERTO MORAIS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**





**Prefeitura Municipal de Brazópolis**  
**Estado de Minas Gerais**

Página: 1 de 10

**Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

| ESPECIFICAÇÃO  | ARRECADADA    |               |               | ORÇADA        |               |               | PREVISÃO |  |  |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------|--|--|
|  | 2021          | 2022          | 2023          | 2024          | 2025          | 2026          |          |  |  |
| 1.0.0.0.0.0.0 RECEITAS CORRENTES   | 46.319.287,61 | 58.856.389,49 | 54.741.362,00 | 56.383.602,86 | 58.075.110,95 | 59.817.364,26 |          |  |  |
| 1.1.0.0.0.0.0 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA  | 2.559.015,25  | 2.998.809,17  | 2.399.600,00  | 2.471.588,00  | 2.545.735,63  | 2.622.107,65  |          |  |  |
| 1.1.1.0.0.0.0 IMPOSTOS   | 2.082.210,83  | 2.631.320,68  | 1.981.900,00  | 2.041.357,00  | 2.102.597,70  | 2.165.675,58  |          |  |  |
| 1.1.1.2.0.0.0 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO  | 1.261.415,55  | 1.369.994,09  | 1.104.700,00  | 1.137.841,00  | 1.171.976,23  | 1.207.135,53  |          |  |  |
| 1.1.1.2.50.0.0 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA  | 602.275,85    | 674.346,77    | 565.300,00    | 582.259,00    | 599.726,77    | 617.718,58    |          |  |  |
| 1.1.1.2.50.0.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal  | 494.156,77    | 553.802,49    | 500.000,00    | 515.000,00    | 530.450,00    | 546.363,50    |          |  |  |
| 1.1.1.2.50.0.2 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multa e Juros da Receita Principal   | 9.563,87      | 10.571,24     | 8.000,00      | 8.240,00      | 8.487,20      | 8.741,82      |          |  |  |
| 1.1.1.2.50.0.3 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa da Receita Principal  | 71.063,04     | 81.470,43     | 44.000,00     | 45.320,00     | 46.679,99     | 48.079,99     |          |  |  |
| 1.1.1.2.50.0.4 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal                                 | 27.492,17     | 28.502,61     | 13.300,00     | 13.699,00     | 14.109,97     | 14.533,27     |          |  |  |
| 1.1.1.2.53.0.0 IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS  | 659.139,70    | 695.647,32    | 539.400,00    | 555.582,00    | 572.249,46    | 589.416,95    |          |  |  |
| 1.1.1.2.53.0.1 Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal  | 659.139,70    | 695.647,32    | 534.800,00    | 550.844,00    | 567.369,32    | 584.390,40    |          |  |  |
| 1.1.1.2.53.0.2 Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multa e Juros da Receita Principal                 | 0,00          | 0,00          | 1.400,00      | 1.442,00      | 1.485,26      | 1.529,82      |          |  |  |
| 1.1.1.2.53.0.3 Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa da Receita Principal                  | 0,00          | 0,00          | 1.100,00      | 1.133,00      | 1.166,99      | 1.202,00      |          |  |  |
| 1.1.1.2.53.0.4 Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal | 0,00          | 0,00          | 2.100,00      | 2.163,00      | 2.227,89      | 2.294,73      |          |  |  |
| 1.1.1.3.00.0.0 IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA   | 299.368,07    | 441.299,11    | 295.000,00    | 303.850,00    | 312.965,50    | 322.354,47    |          |  |  |
| 1.1.1.3.03.0.0 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE   | 299.368,07    | 441.299,11    | 295.000,00    | 303.850,00    | 312.965,50    | 322.354,47    |          |  |  |
| 1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal  | 241.888,00    | 384.114,99    | 240.000,00    | 247.200,00    | 254.616,00    | 262.254,48    |          |  |  |
| 1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal  | 57.480,07     | 57.184,12     | 55.000,00     | 56.650,00     | 58.349,50     | 60.099,99     |          |  |  |
| 1.1.1.4.00.0.0 IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS  | 647.427,21    | 820.027,48    | 582.200,00    | 599.666,00    | 617.655,97    | 636.185,58    |          |  |  |
| 1.1.1.4.51.0.0 IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS   | 647.427,21    | 820.027,48    | 582.200,00    | 599.666,00    | 617.655,97    | 636.185,58    |          |  |  |
| 1.1.1.4.51.1.1 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal   | 626.501,42    | 807.692,07    | 565.000,00    | 581.950,00    | 599.408,50    | 617.390,76    |          |  |  |
| 1.1.1.4.51.1.2 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa e Juros da Receita Principal  | 821,27        | 1.963,96      | 1.100,00      | 1.133,00      | 1.166,99      | 1.202,00      |          |  |  |
| 1.1.1.4.51.1.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa da Receita Principal   | 20.104,52     | 10.371,45     | 13.500,00     | 13.905,00     | 14.322,15     | 14.751,81     |          |  |  |
| 1.1.1.4.51.1.4 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal                                      | 0,00          | 0,00          | 2.600,00      | 2.678,00      | 2.758,33      | 2.841,01      |          |  |  |
| 1.1.2.0.0.0.0 TAXAS  | 350.804,42    | 367.488,49    | 408.600,00    | 420.658,00    | 433.483,74    | 446.488,25    |          |  |  |
| 1.1.2.1.00.0.0 TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA  | 57.408,92     | 87.200,74     | 158.600,00    | 163.358,00    | 168.258,74    | 173.306,50    |          |  |  |
| 1.1.2.1.01.0.0 TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO  | 57.408,92     | 87.200,74     | 158.600,00    | 163.358,00    | 168.258,74    | 173.306,50    |          |  |  |
| 1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal  | 57.408,92     | 87.200,74     | 158.600,00    | 163.358,00    | 168.258,74    | 173.306,50    |          |  |  |
| 1.1.2.2.00.0.0 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  | 293.395,50    | 280.287,75    | 250.000,00    | 257.500,00    | 265.225,00    | 273.181,75    |          |  |  |
| 1.1.2.2.01.0.0 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL   | 293.395,50    | 280.287,75    | 250.000,00    | 257.500,00    | 265.225,00    | 273.181,75    |          |  |  |
| 1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal   | 293.395,50    | 280.287,75    | 250.000,00    | 257.500,00    | 265.225,00    | 273.181,75    |          |  |  |



Prefeitura Municipal de Brazópolis  
Estado de Minas Gerais

Página: 2 de 10

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

| ESPECIFICAÇÃO   | ARRECADADA   |              |              | ORÇADA       |              |              | PREVISÃO |  |  |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------|--|--|
|   | 2021         | 2022         | 2023         | 2024         | 2025         | 2026         |          |  |  |
| 1.1.3.0.00.0 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA   | 0,00         | 0,00         | 9.100,00     | 9.373,00     | 9.654,19     | 9.943,82     |          |  |  |
| 1.1.3.1.00.0 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA   | 0,00         | 0,00         | 9.100,00     | 9.373,00     | 9.654,19     | 9.943,82     |          |  |  |
| 1.1.3.1.53.0.0 COMPLEMENTARES   | 0,00         | 0,00         | 9.100,00     | 9.373,00     | 9.654,19     | 9.943,82     |          |  |  |
| 1.1.3.1.53.0.1 Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal                          | 0,00         | 0,00         | 6.700,00     | 6.901,00     | 7.108,03     | 7.321,27     |          |  |  |
| 1.1.3.1.53.0.2 Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Multa e Juros da Receita Principal | 0,00         | 0,00         | 1.100,00     | 1.133,00     | 1.166,99     | 1.202,00     |          |  |  |
| 1.1.3.1.53.0.3 Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa da Receita Principal  | 0,00         | 0,00         | 1.300,00     | 1.339,00     | 1.379,17     | 1.420,55     |          |  |  |
| 1.2.0.0.00.0 CONTRIBUIÇÕES  | 1.794.772,21 | 2.001.183,97 | 2.207.000,00 | 2.279.210,00 | 2.341.406,30 | 2.411.648,49 |          |  |  |
| 1.2.1.0.00.0 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS  | 1.161.329,47 | 1.197.652,65 | 1.417.000,00 | 1.459.510,00 | 1.503.295,30 | 1.548.394,16 |          |  |  |
| 1.2.1.5.00.0 CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL                          | 1.161.329,47 | 1.197.652,65 | 1.417.000,00 | 1.459.510,00 | 1.503.295,30 | 1.548.394,16 |          |  |  |
| 1.2.1.5.01.0 CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL   | 1.161.329,47 | 1.197.652,65 | 1.407.000,00 | 1.449.210,00 | 1.492.686,30 | 1.537.466,89 |          |  |  |
| 1.2.1.5.01.1 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal   | 1.161.329,47 | 1.190.792,50 | 1.400.000,00 | 1.442.000,00 | 1.485.260,00 | 1.529.817,80 |          |  |  |
| 1.2.1.5.01.2 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multa e Juros da Receita Principal                                | 0,00         | 0,00         | 7.000,00     | 7.210,00     | 7.426,30     | 7.649,09     |          |  |  |
| 1.2.1.5.01.2.1 Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal   | 0,00         | 5.945,75     | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.2.1.5.01.3.1 Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal  | 0,00         | 914,40       | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.2.1.5.02.0 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL   | 0,00         | 0,00         | 10.000,00    | 10.300,00    | 10.609,00    | 10.927,27    |          |  |  |
| 1.2.1.5.02.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal   | 0,00         | 0,00         | 10.000,00    | 10.300,00    | 10.609,00    | 10.927,27    |          |  |  |
| 1.2.4.0.00.0 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA   | 633.442,74   | 803.531,32   | 790.000,00   | 813.700,00   | 838.111,00   | 863.254,33   |          |  |  |
| 1.2.4.1.00.0 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA   | 633.442,74   | 803.531,32   | 790.000,00   | 813.700,00   | 838.111,00   | 863.254,33   |          |  |  |
| 1.2.4.1.50.0.1 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal                               | 633.442,74   | 803.531,32   | 790.000,00   | 813.700,00   | 838.111,00   | 863.254,33   |          |  |  |
| 1.3.0.0.00.0 RECEITA PATRIMONIAL  | 640.150,94   | 2.554.201,97 | 957.590,98   | 986.318,71   | 1.015.908,27 | 1.046.385,52 |          |  |  |
| 1.3.1.0.00.0 EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO   | 45.173,31    | 33.089,85    | 31.000,00    | 31.930,00    | 32.887,90    | 33.874,54    |          |  |  |
| 1.3.1.1.00.0 EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO   | 45.173,31    | 33.089,85    | 31.000,00    | 31.930,00    | 32.887,90    | 33.874,54    |          |  |  |
| 1.3.1.1.01.0 ALUGUEIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAJÉMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO  | 0,00         | 33.089,85    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.3.1.1.01.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal   | 0,00         | 33.089,85    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.3.1.1.99.0 OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS   | 45.173,31    | 0,00         | 31.000,00    | 31.930,00    | 32.887,90    | 33.874,54    |          |  |  |
| 1.3.1.1.99.0.1 Outras Receitas Imobiliárias - Principal   | 45.173,31    | 0,00         | 31.000,00    | 31.930,00    | 32.887,90    | 33.874,54    |          |  |  |
| 1.3.2.0.00.0 VALORES MOBILIÁRIOS  | 594.977,63   | 2.521.112,12 | 926.590,98   | 954.388,71   | 983.020,37   | 1.012.510,98 |          |  |  |
| 1.3.2.1.00.0 JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS   | 594.977,63   | 2.521.112,12 | 926.590,98   | 954.388,71   | 983.020,37   | 1.012.510,98 |          |  |  |
| 1.3.2.1.01.0 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS   | 406.031,14   | 1.954.013,75 | 326.590,98   | 336.388,71   | 346.480,37   | 356.874,78   |          |  |  |
| 1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal   | 406.031,14   | 1.954.013,75 | 326.590,98   | 336.388,71   | 346.480,37   | 356.874,78   |          |  |  |
| 1.3.2.1.04.0 REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS                                  | 188.946,49   | 567.098,37   | 600.000,00   | 618.000,00   | 636.540,00   | 655.636,20   |          |  |  |
| 1.3.2.1.04.0.1 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal                    | 188.946,49   | 567.098,37   | 600.000,00   | 618.000,00   | 636.540,00   | 655.636,20   |          |  |  |
| 1.6.0.00.0 RECEITA DE SERVIÇOS  | 0,00         | 80.391,39    | 25.400,00    | 26.162,00    | 26.946,86    | 27.755,27    |          |  |  |
| 1.6.1.0.00.0 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS   | 0,00         | 5.642,50     | 5.400,00     | 5.562,00     | 5.728,86     | 5.900,73     |          |  |  |
| 1.6.1.1.00.0 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS   | 0,00         | 5.642,50     | 5.400,00     | 5.562,00     | 5.728,86     | 5.900,73     |          |  |  |

*Handwritten signature/initials.*



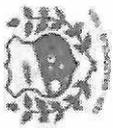
**Prefeitura Municipal de Brazópolis**  
**Estado de Minas Gerais**

**Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

| ESPECIFICAÇÃO   | ARRECADADA    |               |               | ORÇADA        |               |               | PREVISÃO |  |  |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------|--|--|
|   | 2021          | 2022          | 2023          | 2024          | 2025          | 2026          |          |  |  |
| 1.6.1.1.01.0.0 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS   | 0,00          | 0,00          | 3.900,00      | 4.017,00      | 4.137,51      | 4.261,64      |          |  |  |
| 1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal   | 0,00          | 0,00          | 3.900,00      | 4.017,00      | 4.137,51      | 4.261,64      |          |  |  |
| 1.6.1.1.02.0.0 INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS   | 0,00          | 5.642,50      | 1.500,00      | 1.545,00      | 1.591,35      | 1.639,09      |          |  |  |
| 1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal   | 0,00          | 5.642,50      | 1.500,00      | 1.545,00      | 1.591,35      | 1.639,09      |          |  |  |
| 1.6.2.0.00.0.0 SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE   | 0,00          | 74.748,89     | 20.000,00     | 20.600,00     | 21.218,00     | 21.854,54     |          |  |  |
| 1.6.2.1.00.0.0 SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE   | 0,00          | 74.748,89     | 20.000,00     | 20.600,00     | 21.218,00     | 21.854,54     |          |  |  |
| 1.6.2.1.02.0.0 SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS OU MERCADORIAS   | 0,00          | 74.748,89     | 20.000,00     | 20.600,00     | 21.218,00     | 21.854,54     |          |  |  |
| 1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal   | 0,00          | 74.748,89     | 20.000,00     | 20.600,00     | 21.218,00     | 21.854,54     |          |  |  |
| 1.7.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES   | 41.268.998,07 | 51.111.551,89 | 47.083.271,02 | 48.495.769,15 | 49.950.642,24 | 51.449.161,51 |          |  |  |
| 1.7.1.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES  | 24.003.588,60 | 31.578.859,00 | 28.235.111,02 | 29.082.164,35 | 29.954.629,29 | 30.853.268,17 |          |  |  |
| 1.7.1.1.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO   | 19.878.957,21 | 26.352.443,66 | 22.205.500,00 | 22.871.665,00 | 23.557.814,95 | 24.264.549,40 |          |  |  |
| 1.7.1.1.51.0.0 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM   | 19.850.342,75 | 26.318.708,23 | 22.185.500,00 | 22.851.065,00 | 23.536.596,95 | 24.242.694,86 |          |  |  |
| 1.7.1.1.51.1.1 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal                                 | 18.290.803,60 | 24.142.295,57 | 20.565.500,00 | 21.182.465,00 | 21.817.938,95 | 22.472.477,12 |          |  |  |
| 1.7.1.1.51.2.1 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal                       | 1.559.539,15  | 2.176.412,66  | 1.620.000,00  | 1.668.600,00  | 1.718.658,00  | 1.770.217,74  |          |  |  |
| 1.7.1.1.52.0.0 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL  | 28.614,46     | 33.735,43     | 20.000,00     | 20.600,00     | 21.218,00     | 21.854,54     |          |  |  |
| 1.7.1.1.52.0.1 Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal                                      | 28.614,46     | 33.735,43     | 20.000,00     | 20.600,00     | 21.218,00     | 21.854,54     |          |  |  |
| 1.7.1.2.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS                             | 365.195,88    | 861.638,20    | 430.000,00    | 442.900,00    | 456.187,00    | 469.872,61    |          |  |  |
| 1.7.1.2.52.0.0 COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO   | 365.195,88    | 569.871,40    | 430.000,00    | 442.900,00    | 456.187,00    | 469.872,61    |          |  |  |
| 1.7.1.2.52.4.1 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal   | 365.195,88    | 569.871,40    | 430.000,00    | 442.900,00    | 456.187,00    | 469.872,61    |          |  |  |
| 1.7.1.2.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS             | 0,00          | 291.766,80    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |
| 1.7.1.2.99.0.1 Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Principal | 0,00          | 291.766,80    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |
| 1.7.1.3.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS   | 2.876.861,43  | 3.129.220,73  | 4.246.291,02  | 4.373.679,75  | 4.504.890,15  | 4.640.036,86  |          |  |  |
| 1.7.1.3.50.0.0 REPASSES FUNDO-A-FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE                          | 2.876.861,43  | 3.129.220,73  | 4.246.291,02  | 4.373.679,75  | 4.504.890,15  | 4.640.036,86  |          |  |  |
| 1.7.1.3.50.1.1 Saúde - Atenção Primária - Principal   | 2.650.335,12  | 2.665.162,94  | 3.311.220,00  | 3.410.556,60  | 3.512.873,30  | 3.618.259,50  |          |  |  |
| 1.7.1.3.50.2.1 Saúde - Atenção Especializada - Principal  | 0,00          | 0,00          | 38.000,00     | 39.140,00     | 40.314,20     | 41.523,63     |          |  |  |
| 1.7.1.3.50.3.1 Saúde - Vigilância em Saúde - Principal  | 140.495,31    | 185.774,03    | 345.000,00    | 355.350,00    | 366.010,50    | 376.990,82    |          |  |  |
| 1.7.1.3.50.4.1 Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal   | 86.031,00     | 100.923,80    | 92.000,00     | 94.760,00     | 97.602,80     | 100.530,88    |          |  |  |
| 1.7.1.3.50.5.1 Saúde - Gestão do SUS - Principal  | 0,00          | 3.259,48      | 460.071,02    | 473.873,15    | 488.089,35    | 502.732,03    |          |  |  |
| 1.7.1.3.50.9.1 Saúde - Outros Programas - Principal   | 0,00          | 174.100,48    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |
| 1.7.1.3.99.0.0 SUS  | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |



**Prefeitura Municipal de Brazópolis**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Página: 4 de 10

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

| ESPECIFICAÇÃO   | ARRECADADA |            |            | PREVISÃO   |            |            |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|   | 2021       | 2022       | 2023       | 2024       | 2025       | 2026       |
|   | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 1.7.1.3.99.0.1<br>Princípio<br>Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal -  | 645.741,34 | 598.436,00 | 844.320,00 | 869.649,60 | 895.739,09 | 922.611,25 |
| 1.7.1.4.00.0.0<br>TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE?           |            |            |            |            |            |            |
| 1.7.1.4.50.0.0<br>TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO  | 331.247,14 | 405.714,31 | 480.320,00 | 494.729,60 | 509.571,49 | 524.858,63 |
| 1.7.1.4.50.0.1<br>Transferências do Salário-Educação - Principal  | 331.247,14 | 405.714,31 | 480.320,00 | 494.729,60 | 509.571,49 | 524.858,63 |
| 1.7.1.4.52.0.0<br>TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE                  | 125.868,60 | 112.724,00 | 180.000,00 | 185.400,00 | 190.962,00 | 196.690,86 |
| 1.7.1.4.52.0.1<br>Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal      | 125.868,60 | 112.724,00 | 180.000,00 | 185.400,00 | 190.962,00 | 196.690,86 |
| 1.7.1.4.53.0.0<br>TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE      | 188.625,60 | 79.997,69  | 182.000,00 | 187.460,00 | 193.083,80 | 198.876,31 |
| 1.7.1.4.53.0.1<br>Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Principal  | 188.625,60 | 79.997,69  | 182.000,00 | 187.460,00 | 193.083,80 | 198.876,31 |
| 1.7.1.4.99.0.0<br>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE         | 0,00       | 0,00       | 2.000,00   | 2.060,00   | 2.121,80   | 2.185,45   |
| 1.7.1.4.99.0.1<br>Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - Principal    | 0,00       | 0,00       | 2.000,00   | 2.060,00   | 2.121,80   | 2.185,45   |
| 1.7.1.6.00.0.0<br>TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS                     | 140.576,62 | 538.347,95 | 352.500,00 | 363.075,00 | 373.967,25 | 385.186,27 |
| 1.7.1.6.50.0.0<br>TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS                     | 140.576,62 | 538.347,95 | 352.500,00 | 363.075,00 | 373.967,25 | 385.186,27 |
| 1.7.1.6.50.0.1<br>Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal         | 140.576,62 | 538.347,95 | 352.500,00 | 363.075,00 | 373.967,25 | 385.186,27 |
| 1.7.1.7.00.0.0<br>TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES                                      | 0,00       | 0,00       | 156.500,00 | 161.195,00 | 166.030,85 | 171.011,78 |
| 1.7.1.7.50.0.0<br>TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS                      | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 1.7.1.7.50.0.1<br>Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal          | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 1.7.1.7.51.0.0<br>TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO                       | 0,00       | 0,00       | 9.500,00   | 9.785,00   | 10.078,55  | 10.380,91  |
| 1.7.1.7.51.0.1<br>Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal           | 0,00       | 0,00       | 9.500,00   | 9.785,00   | 10.078,55  | 10.380,91  |
| 1.7.1.7.52.0.0<br>TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL             | 0,00       | 0,00       | 147.000,00 | 151.410,00 | 155.952,30 | 160.630,87 |
| 1.7.1.7.52.0.1<br>Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal | 0,00       | 0,00       | 147.000,00 | 151.410,00 | 155.952,30 | 160.630,87 |
| 1.7.1.7.99.0.0<br>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES                               | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 1.7.1.7.99.0.1<br>Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal                   | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 1.7.1.9.00.0.0<br>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES                                | 96.256,12  | 98.772,46  | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 1.7.1.9.57.0.0<br>TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO   | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 1.7.1.9.57.0.1<br>Transferência Especial da União - Principal   | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 1.7.1.9.58.0.0<br>TRANSFERÊNCIA OBRIGATORIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N° 176/2020                          | 0,00       | 51.677,72  | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 1.7.1.9.58.0.1<br>Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n° 176/2020 - Principal              | 0,00       | 51.677,72  | 0,00       | 0,00       | 0,00       | 0,00       |



Prefeitura Municipal de Brazópolis  
Estado de Minas Gerais

Página: 5 de 10

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

| ESPECIFICAÇÃO  | ARRECADADA    |               |               | ORÇADA        |               |               | PREVISÃO |  |  |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------|--|--|
|  | 2021          | 2022          | 2023          | 2024          | 2025          | 2026          |          |  |  |
| 1.7.1.9.61.0.0 AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC Nº 123/2022                                | 0,00          | 47.094,74     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |
| 1.7.1.9.61.0.1 Principal   | 0,00          | 47.094,74     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |
| 1.7.1.9.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES  | 96.256,12     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |
| 1.7.1.9.99.0.1 Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal  | 96.256,12     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |
| 1.7.2.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES  | 10.642.654,31 | 11.851.057,29 | 10.289.610,00 | 10.598.298,30 | 10.916.247,25 | 11.243.734,67 |          |  |  |
| 1.7.2.1.00.0.0 PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL  | 7.774.181,63  | 8.155.812,58  | 8.779.810,00  | 9.043.204,30  | 9.314.500,43  | 9.593.935,45  |          |  |  |
| 1.7.2.1.50.0.0 COTA-PARTE DO ICMS  | 6.158.324,33  | 6.322.800,69  | 6.800.810,00  | 7.004.834,30  | 7.214.979,33  | 7.431.428,71  |          |  |  |
| 1.7.2.1.50.0.1 Cota-Parte do ICMS - Principal  | 6.158.324,33  | 6.322.800,69  | 6.800.810,00  | 7.004.834,30  | 7.214.979,33  | 7.431.428,71  |          |  |  |
| 1.7.2.1.51.0.0 COTA-PARTE DO IPVA  | 1.535.758,30  | 1.746.031,50  | 1.900.000,00  | 1.957.000,00  | 2.015.710,00  | 2.076.181,30  |          |  |  |
| 1.7.2.1.51.0.1 Cota-Parte do IPVA - Principal  | 1.535.758,30  | 1.746.031,50  | 1.900.000,00  | 1.957.000,00  | 2.015.710,00  | 2.076.181,30  |          |  |  |
| 1.7.2.1.52.0.0 COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS  | 69.988,39     | 71.298,88     | 58.000,00     | 59.740,00     | 61.532,20     | 63.378,17     |          |  |  |
| 1.7.2.1.52.0.1 Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal  | 69.988,39     | 71.298,88     | 58.000,00     | 59.740,00     | 61.532,20     | 63.378,17     |          |  |  |
| 1.7.2.1.53.0.0 COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO  | 10.110,61     | 15.681,51     | 15.500,00     | 15.965,00     | 16.443,95     | 16.937,27     |          |  |  |
| 1.7.2.1.53.0.1 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal  | 10.110,61     | 15.681,51     | 15.500,00     | 15.965,00     | 16.443,95     | 16.937,27     |          |  |  |
| 1.7.2.1.98.0.0 IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL  | 0,00          | 0,00          | 5.500,00      | 5.665,00      | 5.834,95      | 6.010,00      |          |  |  |
| 1.7.2.1.98.0.1 Transferências Decorrentes de Participação em Outras Receitas de Impostos dos Estados e do Distrito Federal - Principal | 0,00          | 0,00          | 5.500,00      | 5.665,00      | 5.834,95      | 6.010,00      |          |  |  |
| 1.7.2.2.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS  | 0,00          | 0,00          | 1.200,00      | 1.236,00      | 1.273,08      | 1.311,27      |          |  |  |
| 1.7.2.2.51.0.0 COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM  | 0,00          | 0,00          | 1.200,00      | 1.236,00      | 1.273,08      | 1.311,27      |          |  |  |
| 1.7.2.2.51.0.1 Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal  | 0,00          | 0,00          | 1.200,00      | 1.236,00      | 1.273,08      | 1.311,27      |          |  |  |
| 1.7.2.3.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS  | 1.907.092,43  | 2.103.455,95  | 916.600,00    | 944.098,00    | 972.420,94    | 1.001.593,57  |          |  |  |
| 1.7.2.3.50.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS  | 1.907.092,43  | 2.103.455,95  | 916.600,00    | 944.098,00    | 972.420,94    | 1.001.593,57  |          |  |  |
| 1.7.2.3.50.0.1 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal  | 1.907.092,43  | 2.103.455,95  | 916.600,00    | 944.098,00    | 972.420,94    | 1.001.593,57  |          |  |  |
| 1.7.2.4.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES  | 0,00          | 279.603,72    | 10.000,00     | 10.300,00     | 10.609,00     | 10.927,27     |          |  |  |
| 1.7.2.4.50.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS  | 0,00          | 0,00          | 10.000,00     | 10.300,00     | 10.609,00     | 10.927,27     |          |  |  |
| 1.7.2.4.50.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal                            | 0,00          | 0,00          | 10.000,00     | 10.300,00     | 10.609,00     | 10.927,27     |          |  |  |
| 1.7.2.4.51.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO  | 0,00          | 279.603,72    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |
| 1.7.2.4.51.0.1 Principal   | 0,00          | 279.603,72    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |
| 1.7.2.4.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES   | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |
| 1.7.2.4.99.0.1 Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF de Suas Entidades - Principal                                       | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |          |  |  |
| 1.7.2.9.00.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL  | 961.380,25    | 1.312.185,04  | 582.000,00    | 599.460,00    | 617.443,80    | 635.967,11    |          |  |  |
| 1.7.2.9.51.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL   | 72.021,40     | 138.248,34    | 52.000,00     | 53.560,00     | 55.166,80     | 56.821,80     |          |  |  |



Prefeitura Municipal de Brazópolis  
Estado de Minas Gerais

Página: 6 de 10

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

| ESPECIFICAÇÃO  | ARRECADADA   |              |              | ORÇADA       |              |              | PREVISÃO |  |  |
|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------|--|--|
|                | 2021         | 2022         | 2023         | 2024         | 2025         | 2026         |          |  |  |
| 1.7.2.9.51.0.1 | 72.021,40    | 138.248,34   | 52.000,00    | 53.550,00    | 55.166,80    | 56.821,80    |          |  |  |
| 1.7.2.9.52.0.0 | 0,00         | 949.622,46   | 530.000,00   | 545.900,00   | 562.277,00   | 579.145,31   |          |  |  |
| 1.7.2.9.52.0.1 | 0,00         | 949.622,46   | 530.000,00   | 545.900,00   | 562.277,00   | 579.145,31   |          |  |  |
| 1.7.2.9.53.0.0 | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.7.2.9.53.0.1 | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.7.2.9.99.0.0 | 889.358,85   | 224.314,24   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.7.2.9.99.0.1 | 889.358,85   | 224.314,24   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.7.5.0.00.0.0 | 6.553.856,97 | 7.630.776,49 | 8.488.950,00 | 8.743.618,50 | 9.005.927,06 | 9.276.104,87 |          |  |  |
| 1.7.5.1.00.0.0 | 6.553.856,97 | 7.506.990,98 | 8.488.950,00 | 8.743.618,50 | 9.005.927,06 | 9.276.104,87 |          |  |  |
| 1.7.5.1.50.0.0 | 6.553.856,97 | 7.506.990,98 | 8.488.950,00 | 8.743.618,50 | 9.005.927,06 | 9.276.104,87 |          |  |  |
| 1.7.5.1.50.0.1 | 6.553.856,97 | 7.506.990,98 | 8.488.950,00 | 8.743.618,50 | 9.005.927,06 | 9.276.104,87 |          |  |  |
| 1.7.5.9.00.0.0 | 0,00         | 123.785,51   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.7.5.9.99.0.0 | 0,00         | 123.785,51   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.7.5.9.99.0.1 | 0,00         | 123.785,51   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.7.9.0.00.0.0 | 68.898,19    | 50.859,11    | 69.600,00    | 71.688,00    | 73.838,64    | 76.053,80    |          |  |  |
| 1.7.9.1.00.0.0 | 68.898,19    | 50.859,11    | 69.600,00    | 71.688,00    | 73.838,64    | 76.053,80    |          |  |  |
| 1.7.9.1.50.0.1 | 60.633,20    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.7.9.1.99.0.0 | 60.633,20    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.7.9.1.99.0.1 | 8.264,99     | 50.859,11    | 69.600,00    | 71.688,00    | 73.838,64    | 76.053,80    |          |  |  |
| 1.9.0.0.00.0.0 | 56.331,14    | 110.231,10   | 2.068.500,00 | 2.130.555,00 | 2.194.471,65 | 2.260.305,82 |          |  |  |
| 1.9.1.0.00.0.0 | 2.758,74     | 2.919,78     | 9.400,00     | 9.682,00     | 9.972,46     | 10.271,64    |          |  |  |
| 1.9.1.1.00.0.0 | 2.758,74     | 2.919,78     | 9.400,00     | 9.682,00     | 9.972,46     | 10.271,64    |          |  |  |
| 1.9.1.1.01.0.1 | 2.758,74     | 2.919,78     | 7.300,00     | 7.519,00     | 7.744,57     | 7.976,91     |          |  |  |
| 1.9.1.1.06.0.0 | 2.758,74     | 2.919,78     | 7.300,00     | 7.519,00     | 7.744,57     | 7.976,91     |          |  |  |
| 1.9.1.1.06.1.1 | 0,00         | 0,00         | 2.100,00     | 2.163,00     | 2.227,89     | 2.294,73     |          |  |  |
| 1.9.2.0.00.0.0 | 0,00         | 0,00         | 2.100,00     | 2.163,00     | 2.227,89     | 2.294,73     |          |  |  |
| 1.9.2.1.00.0.0 | 18.478,98    | 80.369,95    | 113.900,00   | 117.317,00   | 120.836,51   | 124.461,61   |          |  |  |
| 1.9.2.1.01.0.0 | 3.618,42     | 0,00         | 1.900,00     | 1.957,00     | 2.015,71     | 2.076,18     |          |  |  |
| 1.9.2.1.01.0.1 | 0,00         | 0,00         | 1.900,00     | 1.957,00     | 2.015,71     | 2.076,18     |          |  |  |
| 1.9.2.1.99.0.0 | 0,00         | 0,00         | 1.900,00     | 1.957,00     | 2.015,71     | 2.076,18     |          |  |  |
| 1.9.2.1.99.0.1 | 3.618,42     | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.9.2.2.00.0.0 | 3.618,42     | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.9.2.2.00.0.1 | 14.860,56    | 20.127,95    | 112.000,00   | 115.360,00   | 118.820,80   | 122.385,43   |          |  |  |

*Handwritten signature or mark.*



Prefeitura Municipal de Brazópolis  
Estado de Minas Gerais

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

Página: 7 de 10

| ESPECIFICAÇÃO   | ARRECADADA   |              |              | ORÇADA       |              |              | PREVISÃO |  |  |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------|--|--|
|   | 2021         | 2022         | 2023         | 2024         | 2025         | 2026         |          |  |  |
| 1.9.2.2.99.0.0 OUTRAS RESTITUIÇÕES  | 14.860,56    | 20.127,95    | 112.000,00   | 115.360,00   | 118.820,80   | 122.385,43   |          |  |  |
| 1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal  | 14.860,56    | 20.127,95    | 112.000,00   | 115.360,00   | 118.820,80   | 122.385,43   |          |  |  |
| 1.9.2.3.00.0.0 RESSARCIMENTOS   | 0,00         | 60.242,00    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.9.2.3.99.0.0 Outros Ressarcimentos - Principal  | 0,00         | 60.242,00    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.9.9.0.00.0.0 DEMAIS RECEITAS CORRENTES  | 35.093,42    | 26.941,37    | 1.945.200,00 | 2.003.556,00 | 2.063.662,68 | 2.125.572,57 |          |  |  |
| 1.9.9.0.00.0.0 OUTRAS RECEITAS CORRENTES  | 35.093,42    | 26.941,37    | 1.945.200,00 | 2.003.556,00 | 2.063.662,68 | 2.125.572,57 |          |  |  |
| 1.9.9.0.03.0.0 Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência   | 0,00         | 0,00         | 1.945.000,00 | 2.003.350,00 | 2.063.450,50 | 2.125.354,02 |          |  |  |
| 1.9.9.0.03.0.1 Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal   | 0,00         | 0,00         | 1.945.000,00 | 2.003.350,00 | 2.063.450,50 | 2.125.354,02 |          |  |  |
| 1.9.9.9.99.0.0 OUTRAS RECEITAS  | 35.093,42    | 26.941,37    | 200,00       | 206,00       | 212,18       | 218,55       |          |  |  |
| 1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal  | 35.093,42    | 24.418,17    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 1.9.9.9.99.2.2 Juros da Receita Principal   | 0,00         | 0,00         | 200,00       | 206,00       | 212,18       | 218,55       |          |  |  |
| 1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Divida Ativa da Receita Principal                                | 0,00         | 2.523,20     | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 2.0.0.0.00.0.0 RECEITAS DE CAPITAL  | 2.805.008,16 | 4.287.628,61 | 1.114.000,00 | 1.147.420,00 | 1.181.842,60 | 1.217.297,88 |          |  |  |
| 2.1.0.0.00.0.0 OPERAÇÕES DE CRÉDITO   | 0,00         | 0,00         | 690.000,00   | 710.700,00   | 732.021,00   | 753.981,63   |          |  |  |
| 2.1.1.0.00.0.0 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO   | 0,00         | 0,00         | 690.000,00   | 710.700,00   | 732.021,00   | 753.981,63   |          |  |  |
| 2.1.1.9.00.0.0 OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO  | 0,00         | 0,00         | 690.000,00   | 710.700,00   | 732.021,00   | 753.981,63   |          |  |  |
| 2.1.1.9.99.0.1 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal  | 0,00         | 0,00         | 690.000,00   | 710.700,00   | 732.021,00   | 753.981,63   |          |  |  |
| 2.2.0.0.00.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS  | 0,00         | 0,00         | 50.000,00    | 51.500,00    | 53.045,00    | 54.636,35    |          |  |  |
| 2.2.1.0.00.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 2.2.1.3.00.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES  | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 2.2.1.3.01.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - Principal  | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |          |  |  |
| 2.2.2.0.00.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS  | 0,00         | 0,00         | 50.000,00    | 51.500,00    | 53.045,00    | 54.636,35    |          |  |  |
| 2.2.2.1.00.0.0 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS  | 0,00         | 0,00         | 50.000,00    | 51.500,00    | 53.045,00    | 54.636,35    |          |  |  |
| 2.2.2.1.01.0.0 Alienação de Bens Imóveis - Principal  | 0,00         | 0,00         | 50.000,00    | 51.500,00    | 53.045,00    | 54.636,35    |          |  |  |
| 2.4.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL  | 2.805.008,16 | 4.287.628,61 | 374.000,00   | 385.220,00   | 396.776,60   | 408.679,90   |          |  |  |
| 2.4.1.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES  | 1.147.809,00 | 388.548,00   | 167.000,00   | 172.010,00   | 177.170,30   | 182.485,41   |          |  |  |
| 2.4.1.1.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS   | 374.809,00   | 149.692,00   | 77.500,00    | 79.825,00    | 82.219,75    | 84.686,34    |          |  |  |
| 2.4.1.1.50.0.0 FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE   | 0,00         | 0,00         | 67.000,00    | 69.010,00    | 71.080,30    | 73.212,71    |          |  |  |
| 2.4.1.1.50.9.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas - Principal                  | 0,00         | 0,00         | 67.000,00    | 69.010,00    | 71.080,30    | 73.212,71    |          |  |  |
| 2.4.1.1.51.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - FUNDO A FUNDO - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | 0,00         | 149.692,00   | 10.500,00    | 10.815,00    | 11.139,45    | 11.473,63    |          |  |  |
| 2.4.1.1.51.1.1 Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços  | 0,00         | 149.692,00   | 10.500,00    | 10.815,00    | 11.139,45    | 11.473,63    |          |  |  |



**Prefeitura Municipal de Brazópolis**  
**Estado de Minas Gerais**

Página: 8 de 10

**Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

| ESPECIFICAÇÃO   | ARRECADADA   |              | ORÇADA     | PREVISÃO   |            |
|---|--------------|--------------|------------|------------|------------|
|   | 2021         | 2022         |            | 2024       | 2025       |
| Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal  |              |              |            |            |            |
| SUS   |              |              |            |            |            |
| 2.4.1.1.99.0.0  | 374.809,00   | 0,00         | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -   |              |              |            |            |            |
| 2.4.1.1.99.0.1  |              |              |            |            |            |
| Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal                           | 374.809,00   | 0,00         | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 2.4.1.4.00.0.0  | 573.000,00   | 238.856,00   | 89.500,00  | 92.185,00  | 94.950,55  |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES   |              |              |            |            |            |
| 2.4.1.4.50.0.0  | 0,00         | 0,00         | 10.000,00  | 10.300,00  | 10.609,00  |
| - SUS   |              |              |            |            |            |
| 2.4.1.4.50.0.1  |              |              |            |            |            |
| Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal                    | 0,00         | 0,00         | 10.000,00  | 10.300,00  | 10.927,27  |
| 2.4.1.4.51.0.0  |              |              |            |            |            |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE   |              |              |            |            |            |
| EDUCAÇÃO  | 0,00         | 0,00         | 40.000,00  | 41.200,00  | 42.436,00  |
| 2.4.1.4.51.0.1  |              |              |            |            |            |
| Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação - Principal                     | 0,00         | 0,00         | 40.000,00  | 41.200,00  | 43.709,08  |
| 2.4.1.4.52.0.0  |              |              |            |            |            |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE   |              |              |            |            |            |
| SAANEAMENTO BÁSICO  | 0,00         | 0,00         | 9.500,00   | 9.785,00   | 10.380,91  |
| 2.4.1.4.52.0.1  |              |              |            |            |            |
| Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal            | 0,00         | 0,00         | 9.500,00   | 9.785,00   | 10.380,91  |
| 2.4.1.4.53.0.0  |              |              |            |            |            |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE   |              |              |            |            |            |
| MEIO AMBIENTE   | 0,00         | 0,00         | 10.000,00  | 10.300,00  | 10.927,27  |
| 2.4.1.4.53.0.1  |              |              |            |            |            |
| Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal                | 0,00         | 0,00         | 10.000,00  | 10.300,00  | 10.927,27  |
| 2.4.1.4.54.0.0  |              |              |            |            |            |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE   |              |              |            |            |            |
| INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE  | 0,00         | 0,00         | 10.000,00  | 10.300,00  | 10.927,27  |
| 2.4.1.4.54.0.1  |              |              |            |            |            |
| Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal | 0,00         | 0,00         | 10.000,00  | 10.300,00  | 10.927,27  |
| 2.4.1.4.99.0.0  |              |              |            |            |            |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES  |              |              |            |            |            |
| 2.4.1.4.99.0.1  | 573.000,00   | 238.856,00   | 10.000,00  | 10.300,00  | 10.927,27  |
| Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal                             |              |              |            |            |            |
| 2.4.1.9.00.0.0  | 573.000,00   | 238.856,00   | 10.000,00  | 10.300,00  | 10.927,27  |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES  |              |              |            |            |            |
| 2.4.1.9.51.0.0  | 200.000,00   | 0,00         | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO   |              |              |            |            |            |
| 2.4.1.9.51.0.1  |              |              |            |            |            |
| Transferência Especial Da União - Principal   | 0,00         | 0,00         | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 2.4.1.9.99.0.0  |              |              |            |            |            |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES  |              |              |            |            |            |
| 2.4.1.9.99.0.1  | 200.000,00   | 0,00         | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entidades - Principal                              |              |              |            |            |            |
| 2.4.2.0.00.0.0  | 1.657.199,16 | 3.899.080,61 | 207.000,00 | 213.210,00 | 226.194,49 |
| TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES                                    |              |              |            |            |            |
| 2.4.2.1.00.0.0  |              |              |            |            |            |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DOS ESTADOS E DF                             |              |              |            |            |            |
| 2.4.2.1.50.0.0  | 533.178,03   | 1.397.377,03 | 120.000,00 | 123.600,00 | 131.127,24 |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS  |              |              |            |            |            |
| 2.4.2.1.50.0.1  | 533.178,03   | 1.397.377,03 | 120.000,00 | 123.600,00 | 131.127,24 |
| Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal                                  |              |              |            |            |            |
| 2.4.2.2.00.0.0  | 713.374,94   | 1.246.703,58 | 52.000,00  | 53.560,00  | 56.821,80  |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES   |              |              |            |            |            |
| 2.4.2.2.50.0.0  |              |              |            |            |            |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE  |              |              |            |            |            |
| SAÚDE - SUS   | 0,00         | 0,00         | 0,00       | 0,00       | 0,00       |
| 2.4.2.2.50.0.1  |              |              |            |            |            |
| Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal                 | 0,00         | 0,00         | 0,00       | 0,00       | 0,00       |



Prefeitura Municipal de Brazópolis  
Estado de Minas Gerais

Página: 9 de 10

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

| ESPECIFICAÇÃO  | ARRECADADA    |               |               | PREVISÃO      |               |               |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|  | 2021          | 2022          | 2023          | 2024          | 2025          | 2026          |
| 2.4.2.2.51.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO  | 713.374,94    | 764.033,58    | 52.000,00     | 53.560,00     | 55.166,80     | 56.821,80     |
| 2.4.2.2.51.0.1 Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal                                    | 713.374,94    | 764.033,58    | 52.000,00     | 53.560,00     | 55.166,80     | 56.821,80     |
| 2.4.2.2.52.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO                                       | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 2.4.2.2.52.0.1 Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal                           | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 2.4.2.2.54.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE                            | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 2.4.2.2.54.0.1 Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal                | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 2.4.2.2.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES   | 0,00          | 482.670,00    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 2.4.2.2.99.0.1 Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal                                       | 0,00          | 482.670,00    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 2.4.2.9.00.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS   | 410.646,19    | 1.255.000,00  | 35.000,00     | 36.050,00     | 37.131,50     | 38.245,45     |
| 2.4.2.9.99.0.0 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS   | 410.646,19    | 1.255.000,00  | 35.000,00     | 36.050,00     | 37.131,50     | 38.245,45     |
| 2.4.2.9.99.0.1 Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal   | 410.646,19    | 1.255.000,00  | 35.000,00     | 36.050,00     | 37.131,50     | 38.245,45     |
| 7.0.0.0.00.0.0 RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS  | 1.659.053,55  | 1.904.414,72  | 2.110.000,00  | 2.173.300,00  | 2.238.499,00  | 2.305.653,97  |
| 7.2.0.0.00.0.0 CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS   | 1.659.053,55  | 1.904.414,72  | 2.110.000,00  | 2.173.300,00  | 2.238.499,00  | 2.305.653,97  |
| 7.2.1.0.00.0.0 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS   | 1.659.053,55  | 1.904.414,72  | 2.110.000,00  | 2.173.300,00  | 2.238.499,00  | 2.305.653,97  |
| 7.2.1.5.00.0.0 CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS                     | 1.659.053,55  | 1.904.414,72  | 2.110.000,00  | 2.173.300,00  | 2.238.499,00  | 2.305.653,97  |
| 7.2.1.5.02.0.0 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS  | 1.659.053,55  | 1.904.414,72  | 2.110.000,00  | 2.173.300,00  | 2.238.499,00  | 2.305.653,97  |
| 7.2.1.5.02.1.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS  | 1.659.053,55  | 1.904.414,72  | 2.100.000,00  | 2.163.000,00  | 2.227.890,00  | 2.294.726,70  |
| 7.2.1.5.02.1.2 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multa e Juros da Receita Principal - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS                   | 0,00          | 0,00          | 10.000,00     | 10.300,00     | 10.609,00     | 10.927,27     |
| 90.0.0.0.00.0.0 DEDUÇÕES DA RECEITA  | -5.221.338,51 | -6.490.723,53 | -5.965.362,00 | -6.144.322,86 | -6.328.852,55 | -6.518.512,11 |
| 95.0.0.0.00.0.0 DEDUÇÕES DE FUNDEB   | -5.216.074,24 | -6.472.649,42 | -5.868.862,00 | -6.044.927,86 | -6.226.275,70 | -6.413.063,96 |
| 95.1.7.1.1.51.1.1 Dedução da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal                                | -3.658.160,43 | -4.828.458,83 | -4.113.100,00 | -4.236.493,00 | -4.363.587,79 | -4.494.495,42 |
| 95.1.7.1.1.52.0.1 Dedução da Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal                                     | -5.722,77     | -6.746,94     | -4.000,00     | -4.120,00     | -4.243,60     | -4.370,91     |
| 95.1.7.1.9.61.0.1 Dedução do Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário Icms - Art. 5º, Inciso V, Ec N° 123/2022 - Principal        | 0,00          | -9.418,96     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 95.1.7.2.1.50.0.1 Dedução da Cota-Parte do ICMS - Principal  | -1.231.664,52 | -1.264.559,79 | -1.360.162,00 | -1.400.966,86 | -1.442.995,87 | -1.486.285,74 |
| 95.1.7.2.1.51.0.1 Deduções Da Cota-partre Do Ipya - Principal  | -306.243,09   | -349.205,12   | -380.000,00   | -391.400,00   | -403.142,00   | -415.236,26   |
| 95.1.7.2.1.52.0.1 Deduções Da Cota-partre Do Ipi - Municípios - Principal  | -14.283,43    | -14.259,78    | -11.600,00    | -11.948,00    | -12.306,44    | -12.675,63    |
| 95.1.7.2.9.53.0.1 Cota-partre Da Transferência Da Compensação Financeira Das Perdas Com Arrecadação De Icms - Lc N° 194/2023 - Principal | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 98.0.0.0.00.0.0 DEDUÇÕES DE RETIFICAÇÕES   | -5.264,27     | -18.074,11    | -96.500,00    | -99.395,00    | -102.376,85   | -105.448,15   |
| 98.1.1.1.2.50.0.1 Retificação de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal                                    | -649,78       | -1.231,20     | -1.000,00     | -1.030,00     | -1.060,90     | -1.092,73     |
| 98.1.1.1.2.53.0.1 Retificação de Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal   | 0,00          | -16.238,16    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |

San



**Prefeitura Municipal de Brazópolis**  
**Estado de Minas Gerais**

**Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2024

| ESPECIFICAÇÃO      | ARRECADADA           |                      | ORÇADA               |                      |                      | PREVISÃO             |  |
|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|--|
|                    | 2021                 | 2022                 | 2023                 | 2024                 | 2025                 | 2026                 |  |
| 98.1.1.4.51.1.1    | -4.574,36            | -186,46              | -500,00              | -515,00              | -530,45              | -546,36              |  |
| 98.1.1.2.2.01.6.1  | 0,00                 | -418,29              | -500,00              | -515,00              | -530,45              | -546,36              |  |
| 98.1.1.3.1.51.0.1  | -40,13               | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |  |
| 98.1.1.3.1.53.0.1  | 0,00                 | 0,00                 | -500,00              | -515,00              | -530,45              | -546,36              |  |
| 98.1.3.2.1.04.0.1  | 0,00                 | 0,00                 | -94.000,00           | -96.820,00           | -99.724,60           | -102.716,34          |  |
| 99.0.0.0.0.0.0.0   | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |  |
| 99.1.3.2.1.04.0.1  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |  |
| <b>TOTAL GERAL</b> | <b>45.561.990,81</b> | <b>58.557.689,29</b> | <b>52.000.000,00</b> | <b>53.560.000,00</b> | <b>55.166.800,00</b> | <b>56.821.804,00</b> |  |

  
CARLOS ALBERTO MORAIS  
PREFEITO MUNICIPAL  
Brazópolis - MG  
Carlos Alberto Moraes  
Prefeito Municipal  
Brazópolis - MG

  
FLÁVIA LÚCIA MORAES E SILVA  
Contadora 51.453  
Valdete de Cassia Santos  
Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento  
BRAZÓPOLIS-MG

  
DANIELA MARA DA SILVA  
Controlador Interno  
Daniela Mara da Silva  
Matrícula: 1640  
Prefeitura Municipal de Brazópolis - MG



Prefeitura Municipal de Brazópolis  
Estado de Minas Gerais

Página: 1 de 2

Anexo II - Despesas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo II - Despesas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO - 2024

| CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS | EXECUTADA            |               |               | ORÇADA        |               |               | PREVISÃO |  |  |
|--|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------|--|--|
|  | 2021                 | 2022          | 2023          | 2024          | 2025          | 2026          |          |  |  |
|  | NATUREZA DE DESPESAS |               |               |               |               |               |          |  |  |
| 3.0.00.00.00   |                      |               |               |               |               |               |          |  |  |
| 3.1.00.00.00   | 34.412.591,28        | 45.950.582,06 | 46.426.085,44 | 47.818.868,00 | 49.253.434,05 | 50.731.037,06 |          |  |  |
| 3.1.71.00.00   | 19.213.555,08        | 23.641.940,16 | 25.614.459,81 | 26.382.893,60 | 27.174.380,41 | 27.989.611,81 |          |  |  |
|  | 86.692,61            | 110.372,09    | 129.635,79    | 133.524,86    | 137.530,61    | 141.656,50    |          |  |  |
| 3.1.71.70.00   | 86.692,61            | 110.372,09    | 129.635,79    | 133.524,86    | 137.530,61    | 141.656,50    |          |  |  |
| 3.1.90.00.00   | 19.126.862,47        | 23.531.568,07 | 25.484.824,02 | 26.249.368,74 | 27.036.849,80 | 27.847.955,31 |          |  |  |
| 3.1.90.01.00   | 2.096.706,74         | 2.572.504,07  | 3.900.000,00  | 4.017.000,00  | 4.137.510,00  | 4.261.635,30  |          |  |  |
| 3.1.90.03.00   | 393.817,45           | 428.533,97    | 550.000,00    | 566.500,00    | 583.495,00    | 600.999,85    |          |  |  |
| 3.1.90.04.00   | 2.265.677,65         | 4.041.090,65  | 3.427.839,02  | 3.530.674,19  | 3.636.594,42  | 3.745.692,25  |          |  |  |
| 3.1.90.11.00   | 11.453.543,16        | 12.491.528,57 | 13.975.090,00 | 14.394.342,70 | 14.826.172,98 | 15.270.958,17 |          |  |  |
| 3.1.90.13.00   | 863.382,99           | 1.243.695,53  | 1.142.025,00  | 1.176.285,75  | 1.211.574,32  | 1.247.921,56  |          |  |  |
| 3.1.90.91.00   | 0,00                 | 22.000,00     | 51.000,00     | 52.530,00     | 54.105,90     | 55.729,08     |          |  |  |
| 3.1.90.94.00   | 394.680,20           | 659.719,75    | 228.870,00    | 235.736,10    | 242.808,18    | 250.092,43    |          |  |  |
| 3.1.91.00.00   | 1.659.054,28         | 2.072.495,53  | 2.210.000,00  | 2.276.300,00  | 2.344.589,00  | 2.414.926,67  |          |  |  |
| 3.1.91.13.00   | 1.659.054,28         | 2.072.495,53  | 2.210.000,00  | 2.276.300,00  | 2.344.589,00  | 2.414.926,67  |          |  |  |
| 3.2.00.00.00   | 16.508,87            | 38.572,56     | 36.000,00     | 37.080,00     | 38.192,40     | 39.338,17     |          |  |  |
| 3.2.90.00.00   | 16.508,87            | 38.572,56     | 36.000,00     | 37.080,00     | 38.192,40     | 39.338,17     |          |  |  |
| 3.2.90.21.00   | 16.508,87            | 38.572,56     | 36.000,00     | 37.080,00     | 38.192,40     | 39.338,17     |          |  |  |
| 3.3.00.00.00   | 15.182.527,31        | 22.270.089,34 | 20.775.625,63 | 21.388.894,40 | 22.040.861,24 | 22.702.087,08 |          |  |  |
| 3.3.30.00.00   | 145.204,20           | 158.773,67    | 203.500,00    | 209.605,00    | 215.893,15    | 222.369,94    |          |  |  |
| 3.3.30.41.00   | 145.204,20           | 158.773,67    | 203.500,00    | 209.605,00    | 215.893,15    | 222.369,94    |          |  |  |
| 3.3.40.00.00   | 0,00                 | 0,00          | 20.000,00     | 20.600,00     | 21.218,00     | 21.854,54     |          |  |  |
| 3.3.40.93.00   | 0,00                 | 0,00          | 20.000,00     | 20.600,00     | 21.218,00     | 21.854,54     |          |  |  |
| 3.3.50.00.00   | 214.905,41           | 2.195.295,15  | 3.165.300,00  | 3.260.259,00  | 3.358.066,77  | 3.458.808,77  |          |  |  |
| 3.3.50.41.00   | 19.395,60            | 227.070,12    | 155.500,00    | 160.165,00    | 164.969,95    | 169.919,05    |          |  |  |
| 3.3.50.43.00   | 195.509,81           | 1.968.225,03  | 3.009.800,00  | 3.100.094,00  | 3.193.096,82  | 3.288.889,72  |          |  |  |
| 3.3.70.00.00   | 134.490,15           | 164.007,62    | 210.351,63    | 216.662,18    | 223.162,04    | 229.856,91    |          |  |  |
| 3.3.70.41.00   | 57.600,00            | 57.600,00     | 65.000,00     | 66.950,00     | 68.988,50     | 71.027,26     |          |  |  |
| 3.3.71.00.00   | 76.890,15            | 106.407,62    | 145.351,63    | 149.712,18    | 154.203,54    | 158.829,65    |          |  |  |
| 3.3.71.70.00   | 76.890,15            | 106.407,62    | 145.351,63    | 149.712,18    | 154.203,54    | 158.829,65    |          |  |  |
| 3.3.90.00.00   | 14.687.927,55        | 19.751.992,90 | 17.176.474,00 | 17.691.768,22 | 18.222.521,28 | 18.769.196,92 |          |  |  |
| 3.3.90.08.00   | 3.238,24             | 2.650,60      | 18.000,00     | 18.540,00     | 19.096,20     | 19.669,09     |          |  |  |
| 3.3.90.14.00   | 110.036,29           | 182.750,07    | 245.987,00    | 253.366,61    | 260.967,61    | 268.796,64    |          |  |  |
| 3.3.90.30.00   | 5.500.016,75         | 6.768.641,11  | 5.735.890,00  | 5.907.966,70  | 6.085.205,70  | 6.267.761,88  |          |  |  |
| 3.3.90.31.00   | 0,00                 | 0,00          | 35.500,00     | 36.565,00     | 37.661,95     | 38.791,81     |          |  |  |
| 3.3.90.32.00   | 318.278,92           | 628.162,21    | 457.800,00    | 471.534,00    | 485.680,02    | 500.250,42    |          |  |  |
| 3.3.90.33.00   | 9.152,92             | 11.860,00     | 10.000,00     | 10.300,00     | 10.609,00     | 10.927,27     |          |  |  |
| 3.3.90.34.00   | 0,00                 | 0,00          | 41.200,00     | 42.436,00     | 43.709,08     | 45.020,35     |          |  |  |
| 3.3.90.35.00   | 332.889,90           | 428.069,66    | 418.675,00    | 431.235,25    | 444.172,31    | 457.497,47    |          |  |  |
| 3.3.90.36.00   | 310.531,63           | 455.307,72    | 524.028,00    | 539.748,84    | 555.941,31    | 572.619,54    |          |  |  |
| 3.3.90.39.00   | 6.009.352,18         | 8.525.649,96  | 6.067.242,00  | 6.249.259,26  | 6.436.737,03  | 6.629.839,15  |          |  |  |



**Prefeitura Municipal de Brazópolis**  
**Estado de Minas Gerais**

**Anexo II - Despesas - Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Anexo II - Despesas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO - 2024

| CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS | EXECUTADA            |                      |                      | ORÇADA               |                      |                      | PREVISÃO             |  |  |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|--|--|
|  | 2021                 | 2022                 | 2023                 | 2023                 | 2024                 | 2025                 | 2026                 |  |  |
|  |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                      |  |  |
| 3.3.90.40.00   | 61.109,32            | 68.371,10            | 183.276,00           | 183.276,00           | 188.774,28           | 194.437,51           | 200.270,63           |  |  |
| 3.3.90.46.00   | 748.200,00           | 994.612,50           | 1.147.006,00         | 1.147.006,00         | 1.181.416,18         | 1.216.858,67         | 1.253.364,43         |  |  |
| 3.3.90.47.00   | 418.156,31           | 566.405,18           | 631.540,00           | 631.540,00           | 650.486,20           | 670.000,79           | 690.100,81           |  |  |
| 3.3.90.48.00   | 137.864,32           | 146.161,31           | 143.900,00           | 143.900,00           | 148.217,00           | 152.663,51           | 157.243,42           |  |  |
| 3.3.90.91.00   | 36.417,09            | 204.566,90           | 56.000,00            | 56.000,00            | 57.680,00            | 59.410,40            | 61.192,71            |  |  |
| 3.3.90.92.00   | 92.090,78            | 82.045,25            | 130.000,00           | 130.000,00           | 133.900,00           | 137.917,00           | 142.054,51           |  |  |
| 3.3.90.93.00   | 70.684,53            | 129.306,55           | 59.430,00            | 59.430,00            | 61.212,90            | 63.049,29            | 64.940,77            |  |  |
| 3.3.90.98.00   | 6.333,93             | 7.483,78             | 75.000,00            | 75.000,00            | 77.250,00            | 79.567,50            | 81.954,53            |  |  |
| 3.3.93.00.00   | 523.574,84           | 549.949,00           | 1.196.000,00         | 1.196.000,00         | 1.231.880,00         | 1.268.836,40         | 1.306.901,49         |  |  |
| 3.3.93.39.00   | 523.574,84           | 549.949,00           | 1.196.000,00         | 1.196.000,00         | 1.231.880,00         | 1.268.836,40         | 1.306.901,49         |  |  |
| 4.0.00.00.00   | 6.002.622,44         | 9.652.880,59         | 4.969.514,56         | 4.969.514,56         | 5.118.600,00         | 5.272.157,99         | 5.430.322,74         |  |  |
| 4.4.00.00.00   | 5.066.124,10         | 9.556.884,12         | 4.708.960,98         | 4.708.960,98         | 4.850.229,81         | 4.995.736,70         | 5.145.608,81         |  |  |
| 4.4.70.00.00   | 11.061,41            | 22.835,32            | 67.637,98            | 67.637,98            | 69.667,12            | 71.757,13            | 73.909,85            |  |  |
| 4.4.71.00.00   | 11.061,41            | 22.835,32            | 67.637,98            | 67.637,98            | 69.667,12            | 71.757,13            | 73.909,85            |  |  |
| 4.4.90.00.00   | 11.061,41            | 22.835,32            | 67.637,98            | 67.637,98            | 69.667,12            | 71.757,13            | 73.909,85            |  |  |
| 4.4.90.51.00   | 5.055.062,69         | 9.534.048,80         | 4.641.323,00         | 4.641.323,00         | 4.780.562,69         | 4.923.979,57         | 5.071.698,96         |  |  |
| 4.4.90.52.00   | 1.988.991,37         | 4.881.317,56         | 2.539.336,00         | 2.539.336,00         | 2.615.516,08         | 2.693.981,56         | 2.774.801,01         |  |  |
| 4.5.00.00.00   | 3.086.071,32         | 4.652.731,24         | 2.101.987,00         | 2.101.987,00         | 2.165.046,61         | 2.229.998,01         | 2.296.897,95         |  |  |
| 4.5.90.00.00   | 850.000,00           | 0,00                 | 150.000,00           | 150.000,00           | 154.500,00           | 159.135,00           | 163.909,05           |  |  |
| 4.5.90.61.00   | 850.000,00           | 0,00                 | 150.000,00           | 150.000,00           | 154.500,00           | 159.135,00           | 163.909,05           |  |  |
| 4.6.00.00.00   | 850.000,00           | 0,00                 | 150.000,00           | 150.000,00           | 154.500,00           | 159.135,00           | 163.909,05           |  |  |
| 4.6.71.00.00   | 86.498,34            | 95.996,47            | 110.553,58           | 110.553,58           | 113.870,19           | 117.286,29           | 120.804,88           |  |  |
| 4.6.71.70.00   | 1.639,62             | 1.679,78             | 553,58               | 553,58               | 570,19               | 587,29               | 604,91               |  |  |
| 4.6.90.00.00   | 1.639,62             | 1.679,78             | 553,58               | 553,58               | 570,19               | 587,29               | 604,91               |  |  |
| 4.6.90.71.00   | 84.858,72            | 94.316,69            | 110.000,00           | 110.000,00           | 113.300,00           | 116.699,00           | 120.199,97           |  |  |
| 9.0.00.00.00   | 84.858,72            | 94.316,69            | 110.000,00           | 110.000,00           | 113.300,00           | 116.699,00           | 120.199,97           |  |  |
| 9.9.00.00.00   | 0,00                 | 0,00                 | 604.400,00           | 604.400,00           | 622.532,00           | 641.207,96           | 660.444,20           |  |  |
| 9.9.99.00.00   | 0,00                 | 0,00                 | 604.400,00           | 604.400,00           | 622.532,00           | 641.207,96           | 660.444,20           |  |  |
| 9.9.99.99.00   | 0,00                 | 0,00                 | 604.400,00           | 604.400,00           | 622.532,00           | 641.207,96           | 660.444,20           |  |  |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                   | <b>40.415.213,70</b> | <b>55.603.462,65</b> | <b>52.000.000,00</b> | <b>52.000.000,00</b> | <b>53.560.000,00</b> | <b>55.166.800,00</b> | <b>56.821.804,00</b> |  |  |

*Carlos Alberto Moraes*  
CARLOS ALBERTO MORAIS  
PREFEITO MUNICIPAL

*Flávia Lúcia Moraes e Silva*  
FLÁVIA LÚCIA MORAES E SILVA  
Contadora 51.453  
**Valdete de Cássia Santos**  
Secretária Municipal de Fomento e Planejamento  
BRAZÓPOLIS-MG

*Daniela Mara da Silva*  
DANIELA MARA DA SILVA  
Controlador Interno  
**Daniela Mara da Silva**  
Município: 1650  
Prefeitura Municipal de Brazópolis - MG

**Carlos Alberto Moraes**  
Prefeito Municipal  
Brazópolis - MG



**Prefeitura Municipal de Brazópolis**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Demonstrativo I - Metas Anuais**

AMF - TABELA 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

EXERCÍCIO: - 2024

| ESPECIFICAÇÃO                       | 2024               |                 |                     | 2025               |                 |                     | 2026               |                 |                     |
|-------------------------------------|--------------------|-----------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|
|                                     | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a/PIB) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b/PIB) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c/PIB) x 100 |
| Receita Total                       | 53.560.000,00      | 52.000.000,00   | 0,006               | 55.166.800,00      | 52.000.000,00   | 0,006               | 56.821.804,00      | 52.000.000,00   | 0,006               |
| Receita Primária (I)                | 51.843.411,29      | 50.333.409,01   | 0,006               | 53.398.713,63      | 50.333.409,02   | 0,006               | 55.000.675,04      | 50.333.409,02   | 0,006               |
| Despesa Total                       | 53.560.000,00      | 52.000.000,00   | 0,006               | 55.166.800,00      | 52.000.000,00   | 0,006               | 56.821.804,00      | 52.000.000,00   | 0,006               |
| Despesa Primária (II)               | 53.409.049,81      | 51.853.446,41   | 0,006               | 55.011.321,31      | 51.853.446,42   | 0,006               | 56.661.660,95      | 51.853.446,42   | 0,006               |
| Resultado Primária (III) = (I - II) | -1.565.638,52      | -1.520.037,39   | 0,000               | -1.612.607,68      | -1.520.037,40   | 0,000               | -1.660.985,91      | -1.520.037,40   | 0,000               |
| Resultado Nominal                   | -1.878.080,48      | -1.823.379,10   | 0,000               | -2.012.494,12      | -1.896.968,72   | 0,000               | -2.150.940,16      | -1.968.414,94   | 0,000               |
| Dívida Pública Consolidada          | 398.952,09         | 387.332,12      | 0,000               | 332.849,44         | 313.742,52      | 0,000               | 264.763,70         | 242.296,29      | 0,000               |
| Dívida Consolidada Líquida          | -17.139.777,36     | -16.640.560,54  | -0,002              | -17.732.041,90     | -16.714.150,15  | -0,002              | -18.342.074,37     | -16.785.596,37  | -0,002              |

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

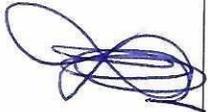
| VARIÁVEIS   | 2024               | 2025               | 2026               |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação |                    |                    |                    |
| Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares                                    | 890.212.980.000,00 | 934.723.630.000,00 | 979.216.447.500,00 |

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

| 2024                    | 2025                    | 2026                    |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Valor Corrente / 1,0300 | Valor Corrente / 1,0609 | Valor Corrente / 1,0927 |

  
CARLOS ALBERTO MORAIS  
PREFEITO MUNICIPAL

  
FLÁVIA LÚCIA MORAES E SILVA  
Contadora 51.453

  
DANIELA MARA DA SILVA  
Controlador Interno

**Carlos Alberto Morais**  
Prefeito Municipal  
Brazópolis - MG

**Valdete de Cássia Santes**  
Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento  
BRAZÓPOLIS-MG

**Janice Mara do Silva**  
Matrícula: 1640  
Prefeitura Municipal de Brazópolis - MG



**Prefeitura Municipal de Brazópolis**  
**Estado de Minas Gerais**

**Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

EXERCÍCIO: - 2024

| ESPECIFICAÇÃO                       | METAS PREVISTAS |               |          | METAS REALIZADAS |               |          | VARIACIONES   |               |
|-------------------------------------|-----------------|---------------|----------|------------------|---------------|----------|---------------|---------------|
|                                     | 2022            | % PIB         | % RCL    | 2022             | % PIB         | % RCL    | VALOR         | %             |
|                                     | Receita Total   | 40.882.500,00 | 0,0053   | 116,5143         | 58.557.689,29 | 0,0076   | 166,8883      | 17.675.189,29 |
| Receita Primária (I)                | 38.967.750,00   | 0,0051        | 111,0573 | 56.036.577,17    | 0,0073        | 159,7031 | 17.068.827,17 | 43,8024       |
| Despesa Total                       | 40.882.499,99   | 0,0053        | 116,5143 | 55.603.462,65    | 0,0072        | 158,4688 | 14.720.962,66 | 36,0080       |
| Despesa Primária (II)               | 40.488.537,98   | 0,0053        | 115,3915 | 55.468.893,62    | 0,0072        | 158,0852 | 14.980.355,64 | 36,9990       |
| Resultado Primária (III) = (I - II) | -1.520.787,98   | 0,0000        | -4,3342  | 567.683,55       | 0,0004        | 1,6179   | 2.088.471,53  | -137,3283     |
| Resultado Nominal                   | -361.929,22     | 0,0000        | -1,0315  | 75.797,30        | 0,0000        | 0,2160   | 437.726,52    | -120,9426     |
| Dívida Pública Consolidada          | 461.012,00      | 0,0001        | 1,3139   | -463.129,43      | -0,0001       | -1,3199  | -924.141,43   | -200,4593     |
| Dívida Consolidada Líquida          | -19.888.090,00  | -0,0026       | -56,6807 | 16.564.763,24    | 0,0021        | 47,2092  | 36.452.853,24 | -183,2899     |

CARLOS ALBERTO MORAIS  
PREFEITO MUNICIPAL

FLÁVIA LÚCIA MORAES E SILVA  
Comissária 51.453

DANIELA MARA DA SILVA  
Controlador Interno

**Carlos Alberto Moraes**  
Prefeito Municipal  
Brazópolis - MG

**Valdete de Cássia Santes**  
Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento  
BRAZÓPOLIS-MG

**Daniela Mara da Silva**  
Matrícula: 1640  
Prefeitura Municipal de Brazópolis - MG

**CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

**PARECER**  
**Projeto de Lei n.008/2023.**  
**Poder Executivo**

**Relatório**

Vem à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para análise do Projeto de Lei nº 008/2023, de 13 de abril de 2023, de autoria do Executivo que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”.

**Fundamentação**

Fundamenta-se no Artigo 4º e seguintes da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Artigo 165, inciso II, § 2º da Constituição Federal.

**Conclusão**

Considerando o regramento da Lei Complementar nº 95/98 regulamentada pelo Decreto nº 4.176 de 28/03/2002 que dispõe sobre “técnica legislativa”, bem como em obediência ao disposto no § único do art.59 da Constituição da República, temos que a redação do presente Projeto de Lei nº 008/2023, encontra-se redigida de forma legal e seus dispositivos estão também regulados dentro das formas constitucionais.

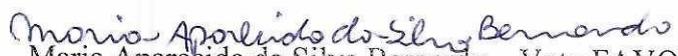
Dessa forma, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 008/2023, de autoria do Executivo, pela legalidade, constitucionalidade e adequação do mesmo às normas pertinentes, uma vez que o referido Projeto cria as diretrizes a serem seguidas para a **Elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2024**, e atende as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme demonstrado no Parecer da Assessoria Jurídica.

Brazópolis (MG), 19 de junho de 2023.

  
Edsson Ednaldo Ribeiro

Primeiro Secretário - Designado Relator

  
Marcos Adriano Romeiro Simões. – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.  
Presidente

  
Maria Aparecida da Silva Bernardo – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto  
Segunda Secretária



# CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

## COMISSÃO FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS.

### PARECER Projeto de Lei n.008/2023 Poder Executivo

#### Relatório

Vem à Comissão Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para análise do Projeto de Lei nº 008/2023, de 13 de abril de 2023, de autoria do Executivo que “ Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”.

#### Fundamentação

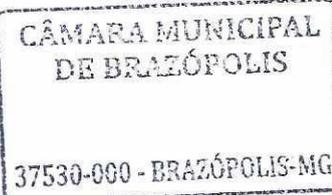
Fundamenta-se no Artigo 4º e seguintes da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Artigo 165, inciso II, § 2º da Constituição Federal.

No uso das atribuições que me confere o cargo de relator, designado pelo Presidente da referida Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, Vereador Adilson Francisco de Paula, e após análise do Projeto de Lei nº008/2023 de autoria do Executivo, que “ **Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências**”, vejo que o mesmo encontra-se em conformidade com a Lei Complementar nº101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e também atende às normas exigidas tanto pela Lei Complementar quanto pela Constituição Federal, artigo 165, § 2º, e, têm embasamento legal que norteiam os critérios para uma correta elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tudo conforme reza a Constituição da República, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei Orgânica do Município.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Ela orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual. Ou seja, é um elo entre esses dois documentos.

Na LDO Municipal devem conter, entre outros tópicos, a previsão de despesas referentes ao plano de carreiras, cargos e salários dos servidores, o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos e as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas. Pode-se dizer que a LDO serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo PPA.

Enquanto o PPA é um documento de estratégia, pode-se dizer que a LDO delimita o que é, e o que não é possível realizar no ano seguinte.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Os critérios para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias deverão ser necessariamente, os contidos na Constituição da República, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei Orgânica do Município.

O Projeto de Lei em questão, especifica prioridades e metas, para que a Administração Pública, através da LDO, venha, através dos demonstrativos contidos nas Metas Fiscais e Riscos Fiscais, referidos nos Anexos I e II que acompanham o referido Projeto, possam ter como base legal, em seguimento ao art.4º, §3º da Lei Complementar nº101/2000, a afirmação do seu comprometimento quanto ao atendimento à população, de forma eficaz, eficiente e efetiva no que tange às atividades financeiras que lhe compete; Por fim, entendemos também que tais Demonstrativos especificam com clareza e formalidades legais em seguimento formal à Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito às Metas Anuais, bem como no tocante às Avaliações das Metas Fiscais e o Cumprimento das mesmas referente ao Exercício Anterior, para completar as exigências da LRF( Lei de Responsabilidade Fiscal).

Por todo o exposto, como Relator da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sem prejuízo da atuação das demais Comissões Permanentes, exaro o meu parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 008/2023.



Carlos Adilson Lopes Silva  
Primeiro Secretário - Designado Relator

### Conclusão

O Projeto enviado pelo Executivo está dentro da legalidade quanto a iniciativa, atendendo a Lei Complementar 101/2000 que é a Lei de Responsabilidade Fiscal e, deve assim, seguir trâmite regimental e, por fim, podendo ser votado em Plenário.

Brazópolis (MG), 19 de junho de 2023.



Adilson Francisco de Paula – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.  
Presidente



Edsson Ednaldo Ribeiro – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.  
Segundo Secretário



# CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

CNPJ 04.630.749/0001-73

## PARECER JURÍDICO

*Ref.: Projeto de Lei 008/2023 que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências".*



As Comissões Permanentes (Legislação, Justiça e Redação; e, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas) da Câmara Municipal de Brazópolis (MG) remetem consulta sobre a legalidade do PROJETO DE LEI 008/2023.

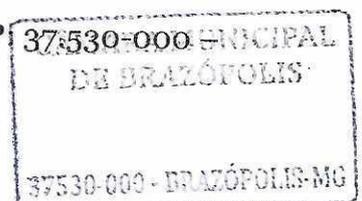
O Projeto de Lei nº 008/2023 se apresenta em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000, artigo 4º e seguintes, e Normas da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

É o breve relato

Em se observando o Projeto de LEI 008/2023, trata-se sobre as prioridades e as metas da Administração Pública Municipal; da organização e estrutura dos orçamentos; das **diretrizes** para elaboração dos orçamentos e alterações; das Metas Fiscais e Riscos Fiscais, conforme Anexo I e II que acompanham o referido Projeto de Lei; das alterações na Legislação Tributária e, por fim outras matérias de natureza orçamentária. A LDO está integrada a um processo que começa com o Plano Plurianual (PPA) e segue com a Lei Orçamentária Anual (LOA), de acordo com os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse contexto, a atual estrutura da LDO permite a sua utilização como um instrumento de gestão das finanças públicas, sendo um veículo de informação sobre a origem de receitas e destinação de recursos públicos.

Em se observando ainda, o contexto do Projeto de LEI 008/2023, no que se refere a fixação de limites para as despesas do Executivo Municipal, vejo prevalecer atendimento aos mandamentos (regulamentos) superiores eis que, conforme se determina, a Constituição Federal em seu artigo 29-A, com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional 25 de 14 de fevereiro de 2000, e pela Emenda Constitucional 58 de 23 de setembro de 2009.

Praça Wenceslau Braz, Nº 17- Centro – Tel (35) 3641-1046 – CEP  
Brazópolis - MG



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

CNPJ 04.630.749/0001-73

O Projeto de Lei em questão, especifica prioridades e metas, para que a Administração Pública, através da LDO, venha, através dos demonstrativos contidos nas Metas Fiscais e Riscos Fiscais, referidos nos Anexos I e II que acompanham o referido Projeto, possam ter como base legal, em seguimento ao art.4º, §3º da Lei Complementar nº101/2000, a afirmação do seu comprometimento quanto ao atendimento à população, de forma eficaz, eficiente e efetiva no que tange às atividades financeiras que lhe compete; Por fim, entendemos também que tais Demonstrativos especificam com clareza e formalidades legais em seguimento formal à Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito às Metas Anuais, bem como no tocante às Avaliações das Metas Fiscais e o Cumprimento das mesmas referente ao Exercício Anterior, para completar as exigências da LRF( Lei de Responsabilidade Fiscal).

Quanto ao aspecto contábil, financeiro e orçamentário do Projeto de Lei em análise, caso persista alguma dúvida, esta Procuradoria Jurídica, s.m.j. recomenda-se aos Vereadores, em especial aos membros da Comissão de Finanças e Orçamento e Tomada de Contas, que solicitem parecer ou orientação técnica junto ao setor contábil desta Casa de Leis.

Diante o exposto, entendo que o Projeto de Lei em estudo se apresenta (em seu todo) revestido de legalidade, não havendo óbice à aprovação do presente, podendo receber devido andamento conforme estabelece o Regimento Interno, ser apreciado e votado pelos nobres Vereadores.

Portanto, a emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Brazópolis (MG), 19 de junho de 2023.



VALÉRIA MARIA FARIA NORONHA E SILVA

OAB/MG 142.052

ASSESSORA JURÍDICA

Praça Wenceslau Braz, Nº 17- Centro – Tel (35) 3641-1046 – CEP  
Brazópolis - MG

